



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 329235-1

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 329235-1

APELANTE/AGRAVANTE: AMARO LUIZ DO NASCIMENTO E OUTRO

APELADO/AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSOS DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO IMPRESCINDÍVEL AO TRATAMENTO DE SAÚDE DO AUTOR, PORTADOR DE MIELOMA MÚLTIPLO. SENTENÇA QUE ACOLHE PARCIALMENTE O PEDIDO, PARA DETERMINAR QUE O ESTADO FORNEÇA O FÁRMACO REQUERIDO (BORTEZOMIDE). PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. RECURSOS A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, CONFORME ART. 557 DO CPC.

1. Comprovada a imprescindibilidade do medicamento, urge se mantenha a sentença combatida, em homenagem ao direito constitucional à vida, de máxima expressão e guarida no ordenamento pátrio, mesmo que medicação requerida não esteja em lista oficial. Súmula 18 TJ/PE.

3. Dano moral. Não configurado. Inexistência de ilicitude. O agir do Estado, no caso em comento, não desborda dos padrões normais de eficiência a que está submetida a Administração Pública.

4. Sentença mantida. Recursos a que se negam provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 13 de junho de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 329235-1

AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 329235-1

APELANTE/AGRAVANTE: AMARO LUIZ DO NASCIMENTO E OUTRO

APELADO/AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de agravo legal interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa monocrática (fls. 122/128) da minha lavra que com fulcro no art.557 do CPC, negou seguimento as apelações interpostas pelo ora agravante e por Amaro Luiz do Nascimento, mantendo a sentença recorrida para que o Estado de Pernambuco custeasse o medicamento BORTEZOMID (Velcade), requerido pela médica assistente, mesmo este não fazendo parte da lista oficial de medicamentos, e negando o pedido de indenização por dano moral.

Em suas razões (fls.131/137), repete o Estado agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 92/100), relatados na decisão ora atacada, para que seja reformada a sentença.

Por sua vez, Amaro Luiz do Nascimento interpôs o Agravo Regimental (fls. 142/149) contra a supracitada decisão terminativa, requerendo seja o Estado de Pernambuco condenado à indeniza-lo por danos morais, devido a todo o sofrimento vivenciado por ele.

É o relatório.

VOTO

Quanto ao Agravo Regimental interposto por Amaro Luiz do Nascimento, em homenagem ao Princípio da Fungibilidade Recursal, o recebo como recurso de Agravo Legal.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço dos recursos de Agravo, passando a analisá-los.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:

"Tratam-se de recursos de Apelação Cível propostos por AMARO LUIZ DO NASCIMENTO E ESTADO DE PERNAMBUCO contra sentença (fls. 83/83v) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Tutela Antecipada proposta por Amaro Luiz do Nascimento julgou parcialmente procedente os pedidos, confirmando a antecipação da tutela concedida para que o Estado de Pernambuco fornecesse a medicação BORTEZOMIDE e afastou o pedido de Dano Moral.

Requer o apelante Amaro Luiz do Nascimento a reforma da sentença para que seja o Estado de Pernambuco condenado ao pagamento da indenização por danos morais (fls. 86/91).

Por seu turno, busca o Estado de Pernambuco preliminarmente, a nulidade da sentença por ter sido suprida a fase instrutória e, no mérito, que seja excluída a responsabilidade do ente público pelo custeio do medicamento pleiteado pelo autor, revogando-se a liminar concedida, ou, alternativamente, que seja condicionada a dispensa do medicamento à avaliação periódica de Junta Médica Oficial.(fls. 92/100)

Ausentes as contrarrazões, conforme certidão de fls. 104.

Opina a douta Procuradoria de Justiça pelo desprovimento da remessa necessária, prejudicado o recurso interposto pelo Estado de Pernambuco. Deixou de se manifestar sobre o pedido de dano moral do autor por ser matéria de direito patrimonial disponível (fls. 118/119).

É o Relatório. Decido.

Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento do direito de defesa.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Suscita o Estado apelante tal preliminar por entender que a presente ação ordinária não comporta o julgamento antecipado da lide por não ser matéria unicamente de direito, necessitando de prova pericial, no caso parecer de junta médica, sobre o real estado de saúde do autor/apelado.

Na verdade, o Estado apelante em sua contestação assim se manifestou quando dos requerimentos:

"....

c) se restar imprescindível, a produção de todas as provas em Direito admitidas."

Efetivamente, não especificou a prova que pretendia produzir, deixando ao talante do magistrado a quo a análise da necessidade da produção das provas.

No caso, observa-se da documentação acostada ser desnecessária produzir qualquer outra prova (27/36), portanto, agiu o juiz de piso conforme o previsto no art. 330, I do CPC.

Aplica-se, ainda, a Súmula 44 deste Tribunal:

"O indeferimento de produção de prova pericial, quando colacionados aos autos outros elementos de convicção suficientes para o julgamento antecipado da lide, não configura cerceamento de defesa, em face do princípio do livre convencimento do Juiz."

Pelo exposto, rejeito a preliminar.

Passo a análise do mérito.

Versa a lide originária sobre custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de MIELOMA MÚLTIPLO (CID 90.0 (EIIIA)), doença que, se não tratada, pode levar à morte.

Para esse tipo de enfermidade, a médica assistente informou no Laudo Médico de fls. 36, que o paciente não vinha reagindo bem a Talidomida, inclusive sofrendo três AVCIs, devendo o tratamento ser modificado passando a administrar o medicamento BORTEZOMID (Velcade).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

A respeito da matéria vertente, eis o que dispõe a Súmula nº 18 deste egrégio TJPE:

Súmula nº 18 - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

No supracitado laudo médico assim está prescrito (fls. 36):

"Caso não seja atendida a solicitação, o paciente corre risco de óbito pela doença, visto que não responde mais aos tratamentos acima e não pode mais utilizar a talidomida".

Desta forma, comprovada a imprescindibilidade do medicamento, conquanto não previsto em lista oficial, urge se defira o seu fornecimento, em homenagem ao direito constitucional à vida, de máxima expressão e guarida no ordenamento pátrio.

Entendo que o douto juízo a quo, ao judicar norteado por esse raciocínio jurídico, agiu com correção e justeza, devendo a sentença proferida, manter-se incólume.

A jurisprudência deste egrégio Tribunal, especificamente no tocante ao medicamento pleiteado, é pacífica e remansosa quanto à procedência do pedido de dispensação gratuita pelo Estado, conforme se pode constatar a seguir:

DIREITO CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE. ATESTADOS MÉDICOS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. POBREZA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de enfermidade grave - MIELOMA MÚLTIPLO CID 10 (tipo de câncer na medula óssea) - e que, em virtude da piora apresentada em seu quadro clínico, mesmo após submissão a tratamento medicamentoso com as drogas Dexametasona e talidomide, ensejou a prescrição pela médica que o acompanha, componente dos quadros do HEMOPE, da droga BORTEZOMIDE (VELCADE) 3,5 mg, que evitará a evolução da doença (receituários médicos de fls. 39



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

162

e 40). 2.A execução de políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais. 3.Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição. 4.In casu, no que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pela ora agravado quando da interposição da ação originária, é de se ressaltar que o mesmo se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde do recorrido, o qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros, como é a hipótese dos autos. 5.Não há que se falar em abuso à prerrogativa constitucional do custeio, pelo Estado, do seu tratamento de saúde, ainda que a medicação guerreada não se encontre elencada em prévia listagem do Poder Público, dado que o interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde do agravado, tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros. 6.Versando, pois, a lide em apreço sobre o direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, comprovada a necessidade do medicamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito em buscar a tutela jurisdicional ora guerreada. 7.À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar arguida e, no mérito, também de forma uniforme, negou-se provimento ao presente agravo de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

instrumento. 8. Ainda por unanimidade, prejudicado pela perda superveniente de seu objeto, o Agravo Regimental n.º 179804-7/01, oposto pelo Estado de Pernambuco, face o julgamento do presente recurso. (Agravo de Instrumento 179804-7, Relator: Des. Luiz Carlos Figueirêdo, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data da Publicação/Fonte: DJe 17/06/2009)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DIREITO À SAÚDE. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE. MIELOMA MÚLTIPLO - CID 10 C90.0 (CÂNCER NA MEDULA ÓSSEA) SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. De acordo com o disposto na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial. 2. No caso em concreto, a pretensão do agravado encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a sua condição de hipossuficiência (fls. 23), a existência da enfermidade - mieloma múltiplo (câncer na medula óssea) e a necessidade do medicamento pleiteado BORTEZOMIDE (VELCADE) (fls. 24/30). 3. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante. (Agravo 242453-5/01, Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães, Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público, Data da Publicação/Fonte: DJe 14/07/2011)

Quanto aos danos morais perseguidos por Amaro Luis do Nascimento.

A negativa do Estado em fornecer a medicação requerida pela médica assistente, por não estar contemplado nos programas de saúde ocorreu em 29/03/2010. A ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, foi proposta em 17/09/2010. A liminar foi concedida em 20/09/2010 (fls. 38/39). Em 22/12/2010, a Secretaria



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

de Saúde informa que o medicamento foi dispensado ao paciente em 14/12/2010(fl.s.79/81).

Pois bem, Celso Antônio Bandeira de Mello¹ leciona que, para caracterizar a responsabilidade do Estado por omissão, não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. É necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter atuado para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível.

Continua o doutrinador: "*Não há resposta a priori quanto ao que seria o padrão normal tipificador da obrigação a que estaria legalmente adstrito. Cabe indicar, no entanto, que a normalidade da eficiência há de ser apurada em função do meio social, do estágio de desenvolvimento tecnológico, cultural, econômico e da conjuntura da época, isto é, das possibilidades reais médias dentro do ambiente em que se produziu o fato danoso.*"

Assim, o comportamento do apelado na hipótese não é ilícito, ou seja, não desborda dos padrões normais de eficiência a que está submetida à Administração Pública, pois, a demora para responder ao pleito de fornecimento do remédio foi de três meses, tempo que se mostra razoável em virtude da burocracia necessária para a certificação da disponibilidade do medicamento que, ressalte-se, é de alto custo, e não está contemplado nas listagens do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (fls.74)

Portanto, o atraso no fornecimento de medicamento ao apelante, paciente atendido pelo sistema de saúde pública do Estado de Pernambuco, não configura dano moral, pois, ausentes no caso em espécie os requisitos para a configuração

¹ in Curso de Direito Administrativo, 27ª Edição, p. 1013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

164
Top.

da responsabilidade civil objetiva do Estado por dano moral: ato ilícito, nexo causal e o dano.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** a ambos os recursos, e mantenho a decisão atacada.

Cumpra-se. Publique-se.

Recife, 24 de abril de 2014.

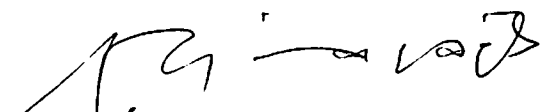
Des. **André Oliveira da Silva Guimarães**
Relator"

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos do recurso de Apelação Cível, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, estando a decisão combatida conforme a jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça, **nego provimento** aos recursos de agravo interpostos por ambas as partes.

É como voto.

Recife, 13 de junho de 2014.


Des. **ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES**
Relator